Experiências e Compromisso: A Irmandade Bom Senhor Jesus dos Martírios em Cachoeira/Ba (1765 a 1857).*

Gabriella Oliveira Bonomo[1]
gabybonomo.historia@hotmail.com

RESUMO

As Irmandades de Homens Pretos fizeram parte do cotidiano da Bahia Setecentista e eram controladas por africanos e crioulos. Essas irmandades tinham como principal objetivo o auxílio junto aos irmãos e a demonstração de sua fé, através de manifestações culturais como festas, procissões e ritos fúnebres. Este trabalho analisará a Irmandade Bom Senhor Jesus dos Martírios, ereta no convento de Nossa Senhora do Monte Carmo, na cidade de Cachoeira - Recôncavo da Bahia - em 1765, pelos pretos da Nação Gege, bem como a experiência de mulheres e homens que fizeram parte da mesma, no período de 1765 a 1857, sugerindo uma investigação acerca desses sujeitos da história e de suas perspectivas diante da sociedade escravista baiana. Utilizei como fonte histórica o compromisso da irmandade, testamentos e inventários *post-mortem*, livro de assentamentos de tombos e bens, entre outros. No compromisso consta as obrigações que os irmãos tinham com a Irmandade, a os cargos e suas atribuições, a organização e participação nas festas, como era formada a mesa que liderava a irmandade, enfim, regulamentava a administração da Irmandade. Da investigação desta organização social fundada por africanos passa-se a estudar seus integrantes em uma análise sociocultural e familiar, com base nas fontes históricas encontradas.

Do açúcar ao fumo, a conjuntura econômica do Recôncavo.

O Recôncavo baiano, assim como sua principal Vila - Cachoeira - teve seu crescimento, seja ele, econômico, social ou cultural, diretamente ligado à sua capital, a cidade de Salvador, crescimento esse que ocorreu de forma mútua devido às relações de dependência

* Este artigo é uma versão reduzida de partes dos capítulos 1 e 2 de minha monografia, orientada pela Prof.ª Ms. Joceneide Cunha dos Santos.

[1] Graduanda em História pela Universidade do Estado da Bahia.

da capital baiana com o seu interior. Tais relações entre esses espaços geográficos possibilitaram a formação de várias confrarias, dentre essas, as irmandades negras no século XVII, século no qual essas irmandades atingiram seu ápice quantitativo no território da América portuguesa, motivado pelo grande interesse da Igreja e da Coroa em "controlar" o grande contingente negro, numa espécie de catequização.

O Recôncavo Baiano tinha como principal característica econômica o *plantation*. Sua base de produção era o açúcar (no primeiro momento), a monocultura e a mão-de-obra escrava em grandes unidades produtoras. O Recôncavo possuía terras férteis para o cultivo do açúcar, o solo massapé, e para o fumo. Assim, tornou-se um espaço geográfico que foi abastecido com o trabalho escravo oriundo da África e indígena. Também utilizava-se a mão-de-obra de homens livres e pobres.

Segundo aponta Lucilene Reginaldo, a partir da expansão da exportação do fumo da vila no século XVII, começaram as grandes transformações sociais, culturais e econômicas no Recôncavo. Os solos arenosos dos campos de Cachoeira produziram o cobiçado tabaco da Bahia, sustentando, na época a fama de "possuir o terreno mais próprio que a América Portuguesa se tem descoberto para a plantação e produção daquele rendoso vegetal" [2]. Era esse fumo que servia como "moeda de troca" para a aquisição dos escravos na África, que ficou conhecido com o ciclo da Costa da Mina, que durou oficialmente até 1815. A ideia de ciclo surgiu com Luiz Viana Filho, que dividiu cronologicamente os períodos do tráfico escravo entre África e a América Portuguesa[3].

Irmandades leigas no Brasil

As Irmandades ou Confrarias estavam voltadas para o auxílio junto aos irmãos e devoção aos santos, assim como invocações a Nossa Senhora (Amparo, Guadalupe, Conceição e Rosário) e as invocações a Cristo (Redenção, Martírios, Ressurreição e Paciência). Para o funcionamento das Irmandades era necessária à aprovação do seu

---

[2] REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos Angolas:* irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Campinas – SP. 2005. Pág. 66.

[3] São três os ciclos: da Guiné, durante a segunda metade do século XVI, o ciclo da Angola e do Congo, no século XVII, e o ciclo da Costa da Mina, durante os três primeiros quartos do século XVIII. Verger acrescenta ainda o ciclo da baía do Benin, entre 1770 e 1850. Tais ciclos remetem de ondem vinham os escravos nos determinados períodos. Costa da Mina corresponde ao Golfo da Guiné. PARÉS, Nicolau. *A Formação do Candomblé*: história e ritual da tradição Jeje na Bahia – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Pág. 42.

compromisso[4]. A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios de Cachoeira, composta, sobretudo por Jejes, teve seu compromisso escrito em 1765, porém só foi enviado para as autoridades eclesiásticas em 1805, tendo sua aprovação em 1835.

No momento em que o compromisso é encaminhado para Lisboa, às autoridades eclesiásticas vão de encontro ao que condiz no documento, pedindo para que o compromisso não seja aceito pela coroa enviando junto uma petição. O motivo pelo qual se tem a recusa seria porque que os Jejes "são tirados do paganismo de África e sempre lhe fica uma propensão para coisas supersticiosas", segundo Parés seria isso uma referência aos batuques e as folias que acompanhavam a procissão[5].

Para que pudessem funcionar as irmandades teriam que ter seu compromisso aprovado pela Coroa. Boschi afirma que ao mesmo tempo em que permitia e estimulava a sua formação, o Estado Português tinha o objetivo de tirar proveito de uma instituição eficaz para agigantar-se e impor o peso de seu aparato[6], ou seja, de tal maneira que se tornaria, teoricamente, mais fácil de "vigiar" os indivíduos que delas faziam parte convertendo-os ao cristianismo. A historiadora Sara Oliveira Farias afirma que os compromissos são tratados como fontes importantes do período escravista que retratam, em certa medida, a mentalidade de determinado grupo, bem como sua capacidade de organização frente a uma sociedade pouco solidária e incerta para os negros[7].

Nação Jeje: identificação e afinidades na América Portuguesa

Para facilitar a busca dos povos que se identificavam como Jejes, Parés utiliza, através do critério linguístico, um processo de demarcação de uma área no continente africano que ele chama de "área Gbe – falantes", ou seja, seriam onde os grupos que ali se encontravam tivessem características lingüísticas iguais ou semelhantes, como os Adja, Ewe, Fon e onde nos tempos antigos o termo "vodum" era utilizado para designar as divindades do mundo

[4]"No Compromisso estavam contidos os objetivos da irmandade, o seu funcionamento, as obrigações de seus membros, assim como os direitos adquiridos ao se tornarem membros dessas associações." QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu Parente*: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII). FAPESP, São Paulo, 2002 Pág. 74

[5]PARÉS, Nicolau. *A Formação do Candomblé:* história e ritual da tradição Jeje na Bahia – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Págs. 84- 85.

[6]BOSCHI, Caio César. *Os leigos no poder*: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo. Ed. Ática, 1986. Pág. 03

[7] FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de Cor, de Caridade e de Crença*: A Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do Século XIX. UFBA, Salvador, 1997. Pág. 11.

espiritual[8]. Através dessas duas características em comum, a utilização do termo "vodum" e a língua, Nicolau começa sua análise a fim de justificar que dessa região vieram os indivíduos que mais tarde seriam chamados de Jejes.

O vodum seria a contribuição utilizada pelos Jejes no processo de formação do candomblé. Porém existe um determinado dilema em relação as continuidades e descontinuidades africanas, ou seja, do sistema religioso. Existe uma corrente que valoriza a "sobrevivência cultural", existiriam no Brasil traços idênticos da cultura africana, corrente introduzida por Herskovits, que apesar de ser sincrética conservaria a identidade africana. A segunda corrente valoriza as mudanças e a inovação cultural no novo mundo, destacando o fator da mestiçagem, dos crioulos. Essa visão busca romper com a ideal do africanismo. Parés acredita que é necessário entender a interação entre ambos os pontos de vista, dizendo que há a necessidade de entender a simultaneidade ou sincronia dos processos[9].

Segundo Maria Inês Cortes de Oliveira[10] e também o próprio Parés as nomenclaturas ou nomes de nação utilizados pelos povos que vinham da África eram dados por traficantes de escravos, missionários e oficiais administrativos das feitorias europeias, muitas vezes essas denominações estava de acordo com o porto de embarque desses indivíduos. Existia ainda, segunda aponta Parés, possibilidades desses nomes de nação ser concebidos no interior do continente africano, através de guerras e conflitos territoriais, onde o vencedor submetia tais nomes aos vencidos, nomenclaturas que facilitavam o controle.

Ser Jeje na América portuguesa significava dizer que tal grupo, além de sofrer "alterações étnicas" já na captura ou no continente africano e posteriormente no translado e na chegada ao novo mundo, buscavam uma autoafirmação entre eles, mesclando assim as várias denominações meta-étnicas, ou seja, com a chegada de vários indivíduos era quase que natural uma busca de se identificar uns com os outros, fazendo uma verdadeira miscelânea étnica, e mais uma vez remodelando os nomes de nações.

Enfim, como afirma Nicolau Parés os povos identificados como Jejes seriam aqueles provinientes do Daomé, porém um grupo muito pequeno que estaria localizado atualmente na área do Porto Novo e que aos poucos passaram a incluir certa pluralidade de grupos étnicos.

---

[8]PARÉS, Nicolau. *A Formação do Candomblé:* história e ritual da tradição Jeje na Bahia – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Pág. 14

[9]PARÉS, Nicolau. *A Formação do Candomblé:* história e ritual da tradição Jeje na Bahia – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Págs. 16-17

[10]OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de.*Viver e Morrer no meio dos seus:* Nações e comunidades africanas na Bahia no século XIX. Revista USP, São Paulo, Volume 28. Dezembro/Fevereiro 95/96, Págs. 175 - 193

Uma análise do Compromisso – 1765 a 1835

O compromisso estabelecia que qualquer pessoa que tivesse condições de pagar o assentamento e bons costumes, poderia ser irmão dos Martírios. Para a entrada era feito o termo de entrada e o pagamento da esmola para assentamento, que para os africanos o valor seria de 640 réis, quantia inferior designada aos crioulos que pagaria a quantia de 10 mil réis[11].

Fazendo uma análise imediata dos preços acima, percebe-se a enorme diferença a ser paga por um irmão africano e para um possível irmão crioulo, que pagaria 15 vezes a mais em relação a um Jeje ou qualquer outro africano, já que no compromisso não existia restrições sobre participação de outras nações africanas. Os conflitos entre os Jejes e crioulos (filhos de africanos nascido no Brasil) em geral eram comuns. O historiador João José Reis no seu artigo publicado pela revista eletrônica *Tempo* explica que as alianças entre africano e crioulo não era fácil, devido a uma inserção diferenciada nas relações senhor/escravo e estilos de negociação e resistência em geral divergentes.[12]E que nesse caso os jejes e crioulos tinham relações acirradas quando os africanos decidiram fundar a irmandade Senhor dos Martírios.

As irmandades religiosas dos negros segundo Parés, funcionaram e contribuíram para definir os contornos e restrições étnicas dentro da sociedade, e um dos conflitos mais marcantes teria sido justamente entre os africanos e crioulos. Esse conflito estava relacionado "de forma dialética, uma se justificando através da outra [...]". Ainda segundo Parés nesse período os Jejes se configuravam como maioria em Cachoeira[13].

As irmandades tinham uma forte organização hierárquica, que pode ser percebido pela composição da mesa, ficando cada irmão a cargo de uma função determinada e específica, contando devido a isso com a submissão dos outros irmãos. Tais irmãos buscavam nas irmandades um local onde pudessem ter melhores condições humanas para viver, por isso as

---

[11] Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, ereta no Convento de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Cachoeira, Bahia – 1765. Cap. II

[12] REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol.2, n°. 3, 1996. Pág. 14.

[13]PARÉS, Nicolau. *A Formação do Candomblé:* história e ritual da tradição Jeje na Bahia – 2ª ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Pág. 85

capelas não eram vistas apenas como centro espiritual, mas também como um ambiente com propósitos sociais que eram vividos pelos irmãos[14].

A eleição para os cargos da mesa era feita anualmente, na véspera ou no dia da festa do Senhor, no dia 15 de janeiro, na Igreja do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

O compromisso determinava que a mesa fosse composta por um presidente, um escrivão, um tesoureiro, um procurador e oito irmãos consultores, já os cargos das mulheres eram de duas juízas e oito mordomas, assim como o pagamento da esmola para a festa do Senhor, conforme relação abaixo:

Contribuições dos oficiais

Presidente ..... 10.000 réis

Escrivão ..... 2.000 réis

Tesoureiro ..... 2.000 réis

A festa do santo era a principal atividade da irmandade, era o momento de maior mobilização dos irmãos, tinha um significado moral, demonstrando através delas a grandeza que as Irmandades possuíam. Nicolau Parés aponta que "as festas e folias como os calundus, eram eventos espetaculares que favoreciam uma liberdade social de certos indivíduos ou grupos e ofereciam um espaço institucionalizado para a concorrência na procura de status e poder" [15]. Tal acumulação de poder e riqueza material eram muitas vezes interpretadas com um sinal dos deuses e a prova da força do indivíduo ou da instituição. Então fazer uma festa onde houvesse música, folia era demonstrar para a sociedade tal status. "Nessas festas o sagrado e o profano frequentemente se justapunham e às vezes se entrelaçavam" [16].

Um dos principais fatores que despertavam o interesse dos negros em associarem-se a uma irmandade era o auxílio em caso de pobreza e um funeral decente, com sepultamento e sufrágios necessários para a alma do defunto e tudo que fosse importante para uma boa morte

[14] IDEM. Pág. 13 e 22.

[15] PARÉS, Nicolau. *A Formação do Candomblé:* história e ritual da tradição Jeje na Bahia – 2.ed. – Campinas, SP. Unicamp, 2007. Pág. 110

[16] REIS, João. A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. Companhia das letras. 1991.Pág. 62

e salvação. Através das irmandades o funeral se transformava num ritual significativo,[17] assim como Sara Farias, Marina Souza aponta que os funerais africanos eram cercados de danças, cantos, rituais especiais, ficando "fácil entender a rapidez com que os africanos e seus descendentes se integraram nessas associações católicas [...].[18]Isso se deve ao descaso dos senhores quando ocorria o falecimento de algum escravo.

> Frequentemente abandonados nas portas das igrejas ou nas praias para que fossem levados pela maré da tarde [...] não raras as vezes os senhores mandavam conduzir seus corpos para lugares ermos, e outras faziam sepultá-los em covas rasas que cães e outros animais descobriam.[19]

A morte e a vida além dela (era) é um dos maiores medos humanos. Os africanos possuíam rituais fúnebres próprios, porém, pela repressão religiosa portuguesa acabaram incorporando maneiras portuguesas no morrer; os africanos mantiveram muitas de suas tradições, sendo uma característica inegável em ambas as culturas: a boa morte. "O temor da morte, no entanto, não deve ser visto como medo sem controle. O grande medo mesmo era morrer sem um plano [...] a preparação facilitava a espera da morte e aliviava a apreensão da passagem para o além" [20].

O compromisso dos Martírios determinava que falecendo algum irmão era obrigação do procurador avisar aos demais irmãos, principalmente os que faziam parte da mesa, para acompanhamento do corpo. Os irmãos da mesa deveriam vestir suas capas, acenderem velas ou tochas e acompanhar o corpo até o local do sepultamento, de acordo com a vontade do defunto, muitas vezes expressa no seu testamento, o irmão que não comparecesse no funeral do outro corria o risco de não ter ninguém no seu quando sua hora chegasse. Essas capas (Huma capa de veludo azul, bordada..... com cuatro estrellas de prata), uma cruz (Huma cruz de madeira, coberta de veludo "guarmada" de prata) entre outros estão presentes no inventário dos bens da Irmandade de 1855[21].

Em relação aos bens, o inventariado foi feito no ano de 1852, pelo thezoureiro Feliciano da Paz Barreto. Nesse documento consta, além dos bens acima já mencionados, a

---

[17] FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de Cor, de Caridade e de Crença:* A Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do Século XIX. UFBA, Salvador, 1997, Pág. 96.

[18] SOUZA, Marina M. *Reis Negros no Brasil Escravista*: História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte - MG -Editora UFMG. 2002. Pág.186.

[19] QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu parente:* as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII) – São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. Pág.156

[20]REIS, João. A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. Companhia das letras. 1991.Pág. 95

[21]APEB. Livro de assentamento de tombos dos bens e alfaias das Irmandades e Ordens Terceiras de Cachoeira, com dados sobre as irmandades do Bom Jesus da Paciência e do Bom Jesus dos Martírios, (1852-1870).

existência de um caixão, provavelmente para o momento em que algum irmão viesse a falecer. Nesse mesmo documento constam duas imagens de santos, a primeira de Santa Efigênia (Ifigênia) que era uma santa católica, responsável pela disseminação do cristianismo na África, assim percebe-se que foi preservado seu culto de certa forma entre tais africanos. A segunda imagem de Nossa Senhora da Conceição, uma das diversas invocações de Maria[22].

Os irmãos eram obrigados a acompanhar o enterro, sendo essa característica da grande maioria das irmandades. Segundo Sara Oliveira, quando o membro de uma irmandade falecia, todos os demais associados tinham obrigação de acompanhá-lo em grande estilo. Era um sinal de solidariedade para com o defunto e seus familiares e, sobretudo, um gesto de caridade cristã[23].

Existia também a possibilidade de empréstimo de dinheiro, com juros na forma da lei, para os irmãos cativos que necessitavam de dinheiro para comprar sua liberdade, para pagar dívidas, em momento de precariedade, dentre outros. Reginaldo explica que "em termos reais no que diz respeito à alforria, as confrarias negras na América portuguesa coube apenas auxiliar financeiramente o irmão ou irmã que quisesse comprar sua liberdade"[24]. Os Martírios declaravam no capitulo XI do seu compromisso que:

> [...] e havendo dinheiro que se possa dar a juro ágüem o quiser tomar dando Benz livres e dezembargados, sem dolo, ou mallicia com hipoteca expecial dele, e com clausula fazendo escriptura publica com os juros na forma da Ley do reino e com fiadores aos juros que vencer a sorte principal, e que sejão abonados, fazendo princyzo petição à Meza depois de informada da segurança da divida [...] e nesta forma sempre preferirão todos os Irmaons desta irmandade q sendo captivos carecerem de dinheyro para suas liberdades[25].

Como podemos ver a Irmandade estabelecia regras para o empréstimo de dinheiro aos cativos que tinham interesse em comprar suas liberdades, porém esse empréstimo era apenas no caso de sobrar alguma quantia, além de serem muitos rigorosos na hora de fiar o dinheiro. Não tivemos acesso ao livro de receitas e despesas da irmandade, por isso não podemos afirmar que não era praxe essa situação, porém o compromisso nos sugere que eram poucas as

---

[22] IDEM.

[23]FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de Cor, de Caridade e de Crença:* A Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do Século XIX. UFBA, Salvador, 1997, Pág. 93.

[24]REGINALDO,Lucilene. Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Dissertação de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, São Paulo. 2005. Pág. 208

[25] Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, ereta no Convento de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Cachoeira, Bahia – 1765. Cap. XI

vezes que isso poderia ocorrer, porque a prioridade da irmandade era a festa/procissão e o funeral dos irmãos.

Gervásio: A trajetória de um africano

Em meados do ano de 1838, vivia na Vila de Cachoeira, o africano Gervásio José de Almeida que comprou sua liberdade por 400 mil réis do Sr. José de Almeida. Casado com Fabiana Francisca de Souza Almeida, e pai de duas filhas, Maria Carolina e Maria Felismina. A segunda era casada com Manoel Ferreira d'Assunpção, todos libertos. Gervásio declarou em seu testamento[26] ter outra filha antes de seu matrimonio com Fabiana, chamada de Ludovina, sendo a mãe uma escrava de uma senhora que morava em São Gonçalo. No momento em que escrevia seu testamento se encontrava em estado delicado, possivelmente doente.

Ele possuía cinco escravos, Felicidade e seu filho Manoel Benedicto, o qual deixa livre depois do seu falecimento, e Salvador, José e Benedicto, que se desejassem e tivessem dinheiro para comprar sua alforria, tal pedido deveria ser atendido conforme avaliações de sua mulher Fabiana, e seria abatido em cima do valor real a quantia de 100 mil réis de cada.

Gervásio era irmão da Irmandade do Senhor dos Martírios e do glorioso São Benedicto, onde deixa atestado o desejo de seu corpo ser sepultado no Convento do Carmo, acompanhado de suas Irmandades. Também deixou a quantia de 4 mil réis para cada irmandade que deveria ser usado conforme a vontade de ambas.

Gervásio também participou da irmandade do glorioso São Benedicto criada em 1818 pelo vigário Padre Manoel Nascimento de Jesus, formada em sua maioria por músicos negros (africanos e crioulos), considerados amadores, que viviam ou não deste ofício. Como Gervásio fazia parte desta irmandade, possivelmente ele era músico "amador" e seria um sujeito importante no dia da festa e procissão do Senhor dos Martírios.

Seus últimos desejos era de alforriar o filho de sua escrava Felicidade e que seu funeral ocorresse no Convento do Carmo, mesmo conjunto que estava localizada a Irmandade dos Martírios. Consta em seu inventário que ele gastou um total de 10$260 reis, sendo esse gasto subdivido para o Vigário e os demais sacerdotes do convento do Carmo, para a "muzica", uma quantia de 17$000. Ainda nessa parte do inventário consta pagamento para

[26] ARC, CX. 107, PROC. 1041

outras irmandades da qual ele não fazia parte, mas que supostamente foram pagas para acompanhar seu enterro. Nesse caso consta a Irmandade da Paciência, possivelmente sua filha fazia parte, pois no documento de recibo do dinheiro a Irmandade trata sua filha como irmã. Outra irmandade que aparece é a do Rozário e SS. C. de Maria, cada uma paga um valor de 4$000.

Em relação ao restante dos gastos é mencionado ainda gasto com cera, com a armação, e as mortalhas no qual seria enterrado, aos panos dessa mortalha, a quem fez o caixão, a pessoa que fez a abertura do testamento. Enfim, gastos que nos mostra tamanha riqueza e a importância de ter um funeral e sepultamento com pompa ressaltando o ideal de ir ao mundo espiritual da melhor forma possível, com o intuito de salvação da alma.

Considerações finais

As Irmandades de negros eram uma maneira de reunir indivíduos em busca de ideais e solidariedade em comum. Para a Igreja e para a Coroa era uma maneira de torna-los cristãos, mas ainda para a coroa como afirma Caio Boschi(1986). Na cidade de Cachoeira essas irmandades encontraram “solos” favoráveis para seu crescimento e proliferação. Cachoeira nasce com a agricultura açucareira e fumageira que traz consigo uma grande quantidade de escravos, que por sua vez precisavam ser “cristianizados”. A existência das irmandades, porém, não se dá somente por essa lógica já que desde o século XIII elas já existiam em Portugal.

A irmandade dos Martírios, fundada por Jejes, uma nação africana dentre tantas outras que surgiram nesse momento na região, buscava acima de tudo estar perto dos indivíduos de uma mesma nação, procurando sua união e solidariedade entre si. Nesse trabalho analisou-se e discutiu-se as maneira que essa relação entre irmandades, entre os irmãos que delas participavam, o perfil social, politico e econômico dos irmãos e da irmandade. Para isso analisamos também o meio social, o Recôncavo e a vila de Cachoeira, buscando fomentar a análise do nosso objeto.